

Aprovado por maioria.

1

ACTA DA SESSÃO DE VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE

33 votos a favor (23 do PSD, 8 do

ACTA 1/2014

PS, 1 CDU e 1 CDS)
4 abstenções (1 PS, 2 CDU e 1 BE)

-- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na primeira sessão ordinária do ano de dois mil e catorze, no auditório da Casa de Cultura da Malveira, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal; 3) Assunção de compromissos plurianuais; 4) Alterações da sinalização de trânsito, em vários arruamentos do Concelho de Mafra, entre Janeiro de dois mil e treze e Janeiro de dois mil e catorze; 5) Designação dos membros do júri dos procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes; 6) Recrutamento de cinco assistentes operacionais na modalidade de Contrato a Termo Resolutivo Incerto na área da Educação; 7) Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mafra; 8) Alienação de Património Municipal, terreno com três mil trezentos e três metros quadrados, sito na Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro, Mafra - Nova proposta; 9) Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor de Ribeira de Ilhas e Correções Materiais e Rectificações; 10) Acordos de execução com as Freguesias; 11) Contratos interadministrativos com as Freguesias. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Alves Bizarro Duarte, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Américo José Oliveira Peralta, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: José Alves Bizarro Duarte (Presidente da Assembleia Municipal); Ana Teresa Antunes Ivo da Silva; Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral (Presidente da Freguesia da Carvoeira); Aníbal Rolim Ferra; António Álvaro da Silva dos Santos e Silva; António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra); António Pedro Mansura Serápio Maneira de Oliveira; Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro; Carla dos Anjos Ferreira Jorge Galrão; Carlos Jorge dos Reis Esteves; Carlos Manuel Antunes Póvoa (Presidente da Freguesia da Encarnação); Cecília Maria Miranda Duarte (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro); Daniel Filipe Silva Rebelo; David Soares Sardinha Alves; Domingos Joaquim Filipe dos Santos; Jaime Acúrcio Carvalho de Oliveira; Joaquim Filipe Abreu dos Santos (Presidente da Freguesia da Ericeira); João Mesquita, que substitui Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; Jorge Manuel Louro dos Santos Duarte, que substitui Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros); Jorge Manuel Zeferino Lourenço (Presidente da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés); José António de Oliveira Costa (Presidente da União das Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário); José António Petulante Parente; José Eduardo Libânio da Silva; José Faustino Carreira (Presidente da Freguesia do Milharado); José Joaquim Ferrão da Costa Pinheiro (Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça); José Manuel Antunes Graça; José Manuel Portela Tomás; José Martinez da Silva; Leila Isabel Inácio Alexandre; Maria Beatriz Severino Gonçalves; Maria da Graça Novais Figueiredo; Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol; Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado; Maria Inês Costa Inácio (Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira); Marta Lisa Mendonça Marques O'Neill; Pedro Miguel Fernandes Tomás; Tiago Manuel Plácido Nunes, que substitui Ana Bela Castanheiro Pinto Costa; Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues; e, por último, Américo José Oliveira Peralta (Primeiro Secretário). Verificaram-se as ausências de Ana Bela Castanheiro Pinto Costa, Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros) e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, cujas faltas a mesa deliberou justificar. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o **período de antes da ordem do dia**, informando que esta é a primeira reunião descentralizada deste órgão, realizada com o objectivo de estimular a proximidade entre eleitores e

José Bizarro
12/5/2014

eleitos. De seguida, colocou à apreciação a acta número sete de dois mil e treze. Não havendo intervenções, procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal de Mafra deliberou, por unanimidade, aprovar a acta número sete de dois mil e treze.

-- Interveio o Senhor José Pinheiro, dando as boas-vindas em nome da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, a primeira que recebe as reuniões descentralizadas da Assembleia Municipal, expressando agradecimentos ao Senhor Presidente, seu conterrâneo. Reportando-se à actual conjuntura económico-financeira, disse que se colocam novos desafios às autarquias locais, sublinhando a disponibilidade de colaboração que tem vindo a ser evidenciada pelo Executivo Municipal, em estreita relação com as Freguesias e com as forças vivas, para minorar as carências com as quais as localidades se deparam diariamente. De seguida, referindo-se à FexpoMalveira, que considerou um certame de referência do Concelho e, em particular, da União das Freguesias a que preside, informou que, numa lógica de promoção da união e da coesão, o tema da próxima edição será o "Concelho de Mafra", formulando o convite a todas as entidades, nomeadamente à Câmara e às Juntas de Freguesia, para que se associem ao certame, de modo a que este seja, cada vez mais, uma montra do que de melhor o Concelho tem para oferecer, quer nas suas potencialidades, quer nas suas oportunidades. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Pedro Tomás, saudando a realização da presente sessão na Malveira e propondo que a próxima decorra na Ericeira. Tendo sido tornado público, no dia dezoito de Fevereiro, que a Docapesca – Portos e Lotas, S.A. vai gastar dez milhões de euros para recuperação de lotas, revelou-se preocupado pelo facto da Ericeira não fazer parte deste investimento, tanto mais que a cobertura desta lota ainda tem placas de amianto, pelo que solicitou ao Executivo Municipal que intervenha junto do Ministério da Agricultura e do Mar. De seguida, referiu-se ao recente falecimento de um praticante de surf na Ericeira, tendo sido noticiado que uma fonte próxima da autoridade marítima informou que o barco do Instituto de Socorros a Naúfragos não tem condições para sair para o mar, dependendo de terceiros, pelo que apelou à intervenção do Executivo Municipal, solicitando esclarecimentos junto da tutela quanto à eficácia dos meios de socorros. Por último, referiu-se à máquina de raio X do Centro de Saúde de Mafra que está avariada há mais de um ano, obrigando à deslocação dos utentes para Torres Vedras ou para Lisboa, pelo que apelou ao Executivo Municipal que solicite esclarecimentos junto do Ministério da Saúde, aditando que tal situação acarreta custos de deslocação, para além dos inconvenientes para os cidadãos. Concluiu, dizendo que estes exemplos traduzem a diminuição crescente do apoio que é prestado pelo Estado aos cidadãos. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Maria da Graça Figueiredo registou, com agrado, a descentralização das sessões deste órgão, fazendo votos de que tal descentralização se materialize, também, na transferência de competências e respectivos recursos financeiros para as freguesias. De seguida, efectuou a leitura de uma proposta, que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO UM", relativa às comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, integrando a realização de uma sessão solene da Assembleia Municipal na manhã do dia vinte e cinco de Abril. -----

-- Interveio o Senhor Tiago Nunes, saudando a descentralização da presente sessão e a importância de tornar os processos de decisão política mais próximos dos cidadãos, aditando que a Assembleia de Freguesia da Venda do Pinheiro foi pioneira nesta descentralização. De seguida, manifestou a disponibilidade do CDS/PP para apoiar esta descentralização, desde que a mesma garanta as condições para o desenvolvimento dos trabalhos desta Assembleia e também da comunicação social, de modo a que esta última possa funcionar como um prolongamento da discussão pública que se inicia neste órgão, reforçando a democracia no Concelho de Mafra. --

-- Tomando a palavra, a Senhora Dona Isilda Pegado sublinhou que a cultura é o valor de um povo, elemento de identidade e afirmação desse povo, mas também é potencial de desenvolvimento económico, social e regional, pelo que saudou as seguintes iniciativas municipais: a constituição da Comissão Municipal de Coordenação



Estratégica para a candidatura do conjunto formado pelo Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO, a qual integra todas as forças políticas presentes no órgão executivo, permitindo introduzir uma nova dinâmica neste processo que considerou ser um projecto de todos os mafrenses; e a elaboração de uma estratégia alargada no âmbito do turismo religioso, começando pelas procissões da Quaresma na Vila de Mafra, associadas ao Palácio Nacional e à sua Escola de Escultura, considerando que esta constitui não só um passo importante para a mencionada candidatura, lançando novos elementos de caracterização e apreciação, mas também um exemplo do papel que é atribuído ao Poder Local, valorizando o que a sociedade civil faz, neste caso a fé que tem expressão no espaço público, introduzindo dinâmicas novas que representam uma aposta acrescida no turismo. De seguida, referindo-se concretamente à estratégia turística, questionou se estão previstas novas iniciativas e, nomeadamente, quais os objectivos da participação municipal na Bolsa de Turismo de Lisboa. -----

-- No uso da palavra, o Senhor José Graça fez votos de que esta sessão descentralizada seja o prelúdio de muitas outras iniciativas de proximidade, lançando o repto ao Senhor Presidente da Câmara para que, em nome da transparência, promova a transmissão das reuniões públicas do órgão executivo em áudio e em televisão, repto este que disse ser extensível ao Presidente da Assembleia Municipal. Acrescentou que esta é uma forma nova de fazer chegar a informação às populações e também de dinamizar a própria comunicação social. De seguida, informou que o Partido Socialista (PS) se solidariza com a proposta de comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, que foi apresentada pela CDU, e manifestou a disponibilidade e vontade do PS para integrar uma comemoração municipal sobre a passagem do quadragésimo aniversário do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, caso a Câmara venha a ter essa iniciativa. A propósito da existência de edifícios escolares no Concelho de Mafra que têm amianto e que ainda não foram intervencionados pelo Ministério da Educação, nomeadamente as escolas António Bento Franco (Ericeira), Armando de Lucena (Malveira) e do Rogel (que foi encerrada, mas recebe várias acções da população), questionou o Presidente da Câmara sobre qual a resposta que tem para dar à população e se foi efectuada alguma solicitação de medição dos níveis de perigosidade ao Instituto Doutor Ricardo Jorge. De seguida, referindo-se à constituição da Comissão Municipal de Coordenação Estratégica para a candidatura do conjunto formado pelo Palácio, Convento e Tapada de Mafra a Património Mundial da UNESCO, mencionou que o PS é subscritor desta proposta, mas lembrou que já em dois mil e dez o Presidente da República havia assinado o livro da candidatura, pelo que questionou qual o ponto de situação da mesma. Por último, fazendo referência a uma notícia municipal que publicitou que o Executivo recebeu a Presidente da Câmara Municipal de Montpellier, perguntou a razão pela qual apenas constam cinco Vereadores na respectiva fotografia, quando existem nove. -----

-- Interveio o Senhor Aníbal Ferra, congratulando-se com a descentralização das reuniões deste órgão, a qual constitui uma promessa eleitoral que foi cumprida, o que, na sua opinião, não é comum. Congratulou-se, ainda, com a proposta apresentada pela CDU, desejando que a mesma não seja rejeitada. Referindo-se a anteriores sessões da Assembleia Municipal e, mais concretamente, a questões formuladas por munícipes no período de intervenção do público, perguntou se estão resolvidos os problemas de saneamento no Condomínio da Quinta do Lamarão e as infiltrações decorrentes de águas pluviais no Condomínio da Quinta do Roseiral. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Filipe Abreu para esclarecer que o cidadão que faleceu tem histórico de problemas mentais e não era surfista. Referindo-se à desagregação da cabeça do molhe da Ericeira e à necessidade de reparação da rampa do porto de pesca, em resultado das últimas intempéries, disse ter havido contactos com a tutela, com vista à resolução destas questões. Por último, informou que um grupo de comerciantes da Ericeira, revelando o dinamismo da comunidade, está a organizar a iniciativa "Carnaval Jagoz", tendo solicitado o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal para, assim, introduzir uma nova lógica turístico-comercial durante esta

época festiva. Concluiu, dizendo que, em nome da Junta de Freguesia, todos estão convidados para participar. -----

-- Interveio novamente o Senhor Pedro Tomás, dizendo que, independentemente das condições físicas e mentais do cidadão, se verificou uma falha no socorro, pelo que compete à Câmara indagar o que se passou junto das entidades competentes. -----

-- De novo no uso da palavra, o Senhor Filipe Abreu esclareceu que não se verificou, da parte das entidades competentes, a assunção de que houve uma falha no socorro, sendo que as afirmações proferidas se suportam numa notícia de jornal e não na realidade. -----

-- Interveio o Senhor António Silva para dizer que o anterior e o actual Executivo têm vindo a solicitar a colaboração das associações na organização de eventos municipais, exemplo do "Festival do Pão" e de "O Natal chegou à Vila", mas que estas não receberam quaisquer apoios. Mais disse que estas colectividades se confrontam, por outro lado, com a redução das suas receitas, em resultado da crise que tem assolado as empresas e os cidadãos, e com o aumento dos custos com transportes, sendo que, inclusivamente, a Câmara Municipal cessou a cedência de autocarros até para os eventos por si organizados. Face ao exposto, e considerando a mais-valia destas colectividades para a divulgação da cultura e das tradições e também para o recreio e a ocupação dos tempos livres dos cidadãos, disse que o PS solicita ao Executivo Municipal que informe o que fará a autarquia para as apoiar, esperando que não haja inconsequência nas promessas eleitorais. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Eduardo Libânio, questionando se está resolvida a situação exposta, na última sessão da Assembleia, pelo Senhor Manuel Rocha, a propósito do entupimento de uma conduta de saneamento na Lapa. De seguida, sublinhou que as autarquias devem apoiar o sector agro-alimentar, nomeadamente o agrícola, o qual, além de contribuir para a identidade local e regional, pode reactivar a economia e gerar emprego. Assim, e considerando que não basta apelar aos consumidores que consumam produtos alimentares nacionais, declarou que a CDU recomenda à Câmara Municipal a adopção de medidas, de modo a alcançar as seguintes metas: que a maioria da alimentação fornecida nas cantinas dos estabelecimentos escolares do Concelho de Mafra seja confeccionada com produtos agro-alimentares nacionais; que uma parte significativa dos produtos nacionais seja adquirida no Concelho de Mafra e na região; que os produtos regionais sejam, de preferência, adquiridos directamente ao produtor; e que sejam consideradas estas recomendações para outros estabelecimentos públicos do Concelho. De seguida, efectuou a leitura de uma proposta intitulada "Utilização de papel reciclado", que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO DOIS". -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Marta O'Neill manifestou a sua satisfação pela iniciativa municipal de constituição do Conselho Municipal da Juventude, tema que é muito querido e transversal a todas as juventudes partidárias e associações juvenis do Concelho. Declarou que, desde a fundação da Juventude Social Democrata (JSD) de Mafra e por intermédio de Miguel Ângelo Correia, é defendida a constituição deste Conselho, tema este que tem sido uma bandeira ao longo destes últimos vinte e cinco anos, tendo inclusivamente o actual Presidente da Assembleia Municipal e antigo Presidente da JSD, José Bizarro Duarte, marcado a sua posição. Mais referiu que os actuais Conselhos são uma proposta da JSD na Assembleia da República. De seguida, enumerou os objectivos que estão na base deste órgão consultivo sobre matérias de juventude. Mais disse que a forma como o Executivo Municipal encara as associações juvenis, enquanto parceiro activo, merece o seu aplauso, salientando ainda o facto de a Oposição ter votado, por unanimidade, este projecto de regulamento, o que traduz a importância da constituição deste órgão para o Concelho de Mafra. Finalizando a sua intervenção, declarou estar certa de que as juventudes partidárias e associações juvenis saberão aproveitar esta oportunidade em prol da juventude mafrense. -----

-- Interveio a Senhora Dona Leila Alexandre, afirmando que a proposta de constituição do Conselho Municipal da Juventude já havia sido apresentada na Assembleia Municipal pelo PS, através de Renato Santos, tendo a mesma sido rejeitada. Assim, concluiu que

as congratulações referentes a esta proposta são dirigidas à Juventude Socialista, que agradece. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Domingos Santos, dizendo que o vinte e cinco de Abril se comemora todos os dias e que, enquanto emanação da sociedade civil, deve ser celebrado pela sociedade civil, sendo de todos e não dos partidos políticos. De seguida, enquanto agricultor, congratulou-se quanto às recomendações proferidas a propósito da utilização dos produtos locais. Acrescentou que, como sabemos, o Executivo Municipal tem tido esta consciência e que, nesse sentido, está a desenvolver medidas de incentivo, exemplo recente da redução das taxas praticadas nos mercados municipais. Por último, no que diz respeito ao apelo à poupança de papel, explicou que as árvores se podem cortar e replantar, mas o principal é não deixar queimar, flagelo este que tem afectado a nossa floresta e a nossa agricultura. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Carla Galvão destacou que, face à realidade actual, em que os recursos são cada vez mais escassos, importa dar prioridade aos problemas das famílias, pelo que este é o tempo das obras sociais. Deste modo, congratulou-se pelas decisões municipais de criação do "Cartão Família", que se destina a apoiar os munícipes em situação de carência económica e/ ou integrados em agregados familiares numerosos (três ou mais filhos), facilitando o acesso, com benefícios, a bens e serviços diversificados decorrentes das próprias actividades da Câmara Municipal e outros proporcionados por entidades externas, bem como do programa "arrenDAR", possibilitando o apoio ao arrendamento habitacional para munícipes em situação de vulnerabilidade económica. Concluiu, dizendo que estes dois programas traduzem a preocupação municipal no combate às desigualdades sociais. -----

-- O Senhor António Ramalho Pereira referiu-se, enquanto Presidente de Junta, à feira mensal de Mafra, a qual se inicia no próximo dia dezasseis de Março, no Parque Intermodal de Mafra, e ao seu sucesso anunciado, considerando o elevado número de inscritos. Sublinhou que a reactivação desta feira, que constitui uma oportunidade para vender os produtos locais, significa o regresso da tradição num local alternativo que não colide com o enquadramento do Palácio Nacional e permite o estacionamento dos visitantes, sem constrangimentos. -----

-- Novamente no uso da palavra, o Senhor Pedro Tomás disse estar surpreendido por verificar que foram agora saudadas, pelo Partido Social Democrata (PSD), duas propostas que foram inicialmente apresentadas pelo PS e rejeitadas pelo PSD: a instalação da feira mensal de Mafra no Parque Intermodal e a criação do "Cartão Social". -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Oliveira, saudando a iniciativa municipal de celebração de contratos em regime de comodato de cedência de instalações com várias associações concelhias, permitindo a rentabilização do património municipal em favor das populações, dando-lhe vida e dinâmica. Acrescentou que esta é, também, uma medida para responsabilizar estas associações, no importante papel que desempenham na organização de actividades dirigidas às comunidades. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Sousa Silva, para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por saudar a iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal na descentralização desta reunião, dirigindo uma palavra de reconhecimento aos serviços municipais pelo trabalho realizado na preparação. Referindo-se ao socorro prestado ao cidadão em situação de afogamento, informou que contactou a Capitania do Porto de Cascais, a qual deu nota de que a mesma estava a ser avaliada. No que respeita ao aparelho de raio X no Centro de Saúde de Mafra, informou que este havia sido reparado e que ontem voltou a avariar. A propósito da candidatura do Palácio, Convento e Tapada de Mafra, declarou que este processo constitui uma prioridade municipal, que se apraz concluir em dois mil e dezassete, por ocasião da celebração dos trezentos anos do início da construção do Palácio Nacional de Mafra. No que diz respeito à promoção turística, informou que o Município esteve representado na FITUR - Feira

Internacional de Turismo de Madrid, o maior certame da Península Ibérica e um dos mais importantes da Europa, e que vai continuar a sua estratégia de divulgação na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, importante montra de visibilidade às escalas nacional e internacional. No que concerne à remoção de coberturas de fibrocimento (amianto) dos estabelecimentos de ensino, informou que este assunto foi tratado em audiência com o Ministro da Educação e Ciência. Quanto aos problemas de saneamento da Quinta do Lamarão e as infiltrações decorrentes de águas pluviais no Condomínio da Quinta do Roseiral, informou que os assuntos datam do anterior mandato, pelo que iria indagar sobre os mesmos. No que concerne especificamente à intervenção efectuada na última sessão pelo Senhor Manuel Rocha, declarou que o Senhor Vice-Presidente está a acompanhar a situação e o município está a ser informado das diligências efectuadas. A respeito da necessidade de intervenção na orla costeira, deu nota de que foi informado, pelo Secretário de Estado do Mar, de que havia sido disponibilizada verba para reparar a rampa do porto de pesca, assim como a cabeça do molhe. Mais informou que, entretanto, foi dada a possibilidade aos Municípios para efectuarem candidaturas no âmbito do POVT para reabilitação dos equipamentos danificados pelas intempéries, sublinhando que a Câmara Municipal tudo fará para que estejam reunidas as adequadas condições de segurança e utilização no início da época balnear. No que diz respeito ao associativismo, explicou que o Executivo Municipal pretende assegurar a atribuição de comparticipações financeiras que apoiem a realização das suas actividades, acrescentando que o autocarro municipal teve uma avaria técnica e que, após a resolução da mesma, está ao serviço destas colectividades. Aditou que iniciativas como a redução das taxas dos mercados e a reactivação da feira mensal de Mafra contribuem para o apoio ao sector agro-alimentar. Mais disse partilhar do objectivo de continuar a promover a redução da utilização do papel pelos serviços municipais. Por último, quanto às comemorações do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, disse partilhar da afirmação de que este se celebra todos os dias, em democracia, enquanto feito do povo para o povo. -----

-- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as propostas apresentadas pela CDU. -----

-- A proposta relativa às comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro foi reprovada com vinte e dois votos contra (vinte e um do PSD e um do CDS), duas abstenções do PSD e catorze votos a favor (dez do PS, três da CDU e um do BE). Apresentaram declarações de votos verbais os seguintes membros: José Graça, declarando que votou de forma consciente e que voltaria a votar da mesma forma, lamentando ainda que tenha de existir um outro vinte e cinco de Abril para evitar que este tipo de votações se repita, sobretudo da parte dos mais velhos que eram mobilizados para a guerra e que agora não assumem as suas posições de corpo inteiro; Filipe Abreu, declarando que esteve muito tempo no Ultramar, mas que tal não impede que concorde ou discorde deste tipo de comemorações; Maria da Graça Figueiredo, declarando que também gostaria de festejar todos os dias o vinte e cinco de Abril, porém verificou que, nesta casa, tal não sucedeu, acrescentando ainda que podem existir muitas opiniões sobre esta revolução, mas que é inegável que, sem o vinte e cinco de Abril, não se estaria nesta casa; José Martinez, declarando que votou a favor, não por razões políticas, mas por não querer que, como ele, cidadãos portugueses tivessem passado muitos meses na República da Guiné, sublinhando ainda que agradece ao vinte e cinco de Abril poder estar hoje nesta casa, pelo que faria sentido que tais comemorações aqui tivessem lugar, num agradecimento conjunto às pessoas que fizeram a revolução. -----

-- Finalizado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto um da ordem de trabalhos, com a denominação: **“Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira”**. -----

- Tomou a palavra o Senhor José Martinez, efectuando a leitura de um documento que enumera divergências de interpretação nas contas da Câmara, o qual se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes, tendo este declarado considerar que a informação previamente distribuída é clara. -----
- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal de Mafra tomou conhecimento da "Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira". -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número dois, designado "**Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal**". Não se verificando intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais, constantes do documento em anexo, ao abrigo das autorizações prévias no âmbito da Lei dos Compromissos, já concedidas pela Assembleia Municipal. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número três, com o título "**Assunção de Compromissos plurianuais**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais. ---
- Face à informação previamente distribuída, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou que estes compromissos plurianuais estão em sintonia com o plano e orçamento municipal aprovado, sendo submetidos, nos termos legais, à aprovação do órgão deliberativo. -----
- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação. A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete/ dois mil e doze, de vinte e um de Junho, deliberou, por maioria (com vinte votos a favor do PSD; e onze abstenções, das quais seis do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), aprovar os compromissos plurianuais constantes do Mapa de Encargos Plurianuais anexo à Informação/Interno/dois mil e catorze/dois mil e catorze, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número quatro, denominado "**Alterações da sinalização de trânsito, em vários arruamentos do Concelho de Mafra, entre Janeiro de dois mil e treze e Janeiro de dois mil e catorze**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou, face à informação previamente distribuída, que o regulamento actualmente em vigor possibilita que a Câmara Municipal aprove provisoriamente alterações de sinalização, a título experimental pelo período máximo de trezentos e sessenta e cinco dias, pelo que estas são agora submetidas à aprovação da Assembleia Municipal. -----
- Interveio o Senhor Tiago Nunes, dizendo que, quanto ao conteúdo, o CDS nada tem a obstar. No entanto, quanto à forma, alertou que estas alterações, nos termos do respectivo regulamento, caducam passados trezentos e sessenta e cinco dias, verificando-se que a primeira delas é datada de Janeiro de dois mil e treze. Neste sentido, considerou que a Assembleia Municipal não pode votar esta primeira alteração, pelo que solicitou que seja retirada, sob pena de ter de se abster. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal pretendia intervir, tendo este dito nada ter a aditar. -----
- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com trinta e sete votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, dez do PS, três da CDU e um do BE; e uma abstenção do CDS), nos termos conjugados na alínea g) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, e do número três do artigo quadragésimo sétimo do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovar as alterações de sinalização vertical e

horizontal, efectuadas entre Janeiro de dois mil e treze e Janeiro de dois mil e catorze, de acordo com as plantas identificadas com os números um a vinte e oito, em anexo. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número cinco, denominado "**Designação dos membros do júri dos procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- Face à informação previamente distribuída, o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacou que, após despacho de nomeação em regime de substituição dos dirigentes da Câmara Municipal, torna-se necessário proceder à abertura de procedimentos concursais no prazo de noventa dias. Assim, considerando que o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, informou que se propõe que este seja composto por membros do Executivo e por um técnico da Câmara de grau igual ou superior ao posto a concurso. -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (vinte e quatro votos a favor, dos quais vinte e três do PSD e um do PS; e catorze abstenções, das quais nove do PS, três CDU, um do CDS e um do BE), nos termos do disposto no número um do artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e nove/ dois mil e doze, de vinte e nove de Agosto, designar os membros do júri dos procedimentos concursais para provimento de cargos de dirigentes (Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, Director de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, Director de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Chefe de Divisão de Obras e Manutenção, Chefe de Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, Chefe de Divisão de Acção Social e Apoio Institucional, Chefe de Divisão de Educação e Juventude e Chefe de Divisão de Segurança e Protecção Civil), constantes da proposta apresentada e em anexo, com vista à nomeação em comissão de serviço, pelo período de três anos. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número seis, com o título "**Recrutamento de cinco assistentes operacionais na modalidade de Contrato a Termo Resolutivo Incerto na área da Educação**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou que, numa primeira fase e para reforçar os recursos humanos associados à área da educação, se procedeu à mobilidade interna. Referiu que, no entanto, se continua a verificar a necessidade de recrutamento de cinco trabalhadores. -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade (com vinte e três votos do PSD, dez do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), nos termos do disposto no número dois do artigo sessenta e quatro da Lei número oitenta e três-C/ dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para dois mil e catorze), autorizar o recrutamento excepcional de cinco assistentes operacionais, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, na Área da Educação, com recurso à reserva de recrutamento existente, do procedimento concursal publicitado pelo Aviso número treze mil e noventa e sete/ dois mil e doze, de um de Outubro, para substituição directa de trabalhador ausente e aumento excepcional e temporário da actividade na Área da Educação, decorrente do aumento de duas unidades multideficiência, atento o previsto no artigo quadragésimo oitavo da Lei número oitenta e três-C/ dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para dois mil e catorze), bem como alíneas a) e h) do número um do artigo noventa e três da Lei número cinquenta e nove/dois mil e oito, de onze de Setembro, na sua redacção actual. ----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número sete, com o título "**Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mafra**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou que, para além do cumprimento legal, esta proposta se enquadra no âmbito da visão estratégica de "Mafra, um Concelho seguro", tendo como objectivo criar condições para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança no Concelho. Disse que, para o efeito, este órgão vai contar com a participação de todas as entidades, de forma a encontrar soluções para os problemas de marginalidade. Por último, explicou que, nos termos legais, se propõe que o Conselho Municipal de Segurança tenha a composição descrita na informação previamente distribuída, colocando-se também à aprovação da Assembleia Municipal o projecto de regulamento provisório, o qual será depois remetido ao referido Conselho para parecer. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Tiago Nunes, saudando a constituição deste Conselho. Acrescentou que, face ao crescimento verificado no Concelho de Mafra, se constatarem problemas de segurança, os quais teve a oportunidade de sublinhar nesta Assembleia Municipal e também na comunicação social. Lamentou que o então Presidente da Câmara tivesse relativizado esse problema. Nesse sentido, considerou que a iniciativa actual constitui uma mais-valia na articulação da actividade de todos os parceiros. Por último, e não obstante o facto de este ser um regulamento provisório, propôs que este Conselho integre, também, um representante das escolas, considerando que as questões de segurança têm relevância no perímetro dos estabelecimentos de ensino. -----

-- Interveio o Senhor Domingos Santos, dizendo que a segurança é um valor fundamental e que se congratula com a criação de ferramentas que estimulem o trabalho conjunto dos vários parceiros, para que Mafra seja, cada vez mais, um Concelho seguro. Acrescentou que, para além das competências em matéria de segurança, este Conselho tem também um importante papel social, nomeadamente na detecção precoce de situações e na prevenção da criminalidade. -----

-- Em resposta à intervenção do Senhor Domingos Santos, e em nome da bancada do PS, o Senhor José Graça congratulou-se com esta decisão, apesar de a considerar demasiada tardia, pois as condições legais ao seu funcionamento foram criadas há dezasseis anos atrás, no tempo do Governo do PS e só agora o Concelho de Mafra despertou para a realidade. Concluiu, dizendo que mais vale tarde do que nunca. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual disse concordar com a integração de um representante das escolas, que pode ser enquadrado na alínea o) do artigo quarto do Regulamento: "dois cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal". -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade (com vinte e três votos do PSD, dez do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), nos termos conjugados na alínea i) do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, e no número um do artigo sexto da Lei número trinta e três/ noventa e oito, de dezoito de Julho, aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Mafra, determinando que o mesmo seja enviado a título consultivo ao Conselho, para análise e emissão de parecer para posterior envio à Assembleia Municipal, atento o número dois do artigo sexto da Lei número trinta e três/ noventa e oito, de dezoito de Julho. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número oito, com o título "**Alienação de Património Municipal, terreno com três mil trezentos e três metros quadrados, sito na Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro, Mafra – Nova Proposta**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal aditou, face à informação previamente distribuída, que a primeira proposta que fora presente à aprovação da Assembleia

Municipal, neste mandato, era baseada na avaliação disponível, que havia sido realizada há dois anos. Informou que não se verificaram interessados nesta alienação, o que muito se deveu ao contexto recessivo do mercado imobiliário. Face ao exposto, declarou que se submete uma nova proposta, adequada ao contexto actual mediante uma reavaliação, mas que assegura que o património municipal não é vendido a qualquer custo. -----

-- Não havendo intervenções, procedeu-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade (com vinte e três votos do PSD, dez do PS, três da CDU, um do CDS e um do BE), nos termos do disposto na alínea i), do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a alienação em hasta pública de património municipal, sito na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, na freguesia e concelho de Mafra, tendo por base o valor apurado pela Comissão Municipal de Avaliação, no montante de seiscentos e oitenta mil euros, inventariado com os números de património 90898 e 90900, constituído pelos prédios urbanos inscritos na respectiva matriz com os artigos matriciais 4116 (actual 4116) e 6387 (actual P11479), registados na Conservatória do Registo Predial de Mafra com as descrições números 7652/20090629 e 6037/20021106, respectivamente, com a área conjunta de 2.603 m², e do terreno contíguo àqueles, com a área de 700 m² a desanexar do prédio, inventariado com o número de património 20223, inscrito na matriz predial urbana com o artigo 3273, registado na Conservatória do Registo Predial de Mafra, com a descrição n.º 45169 Livro B fls 124, perfazendo a área total de 3.303 m² adequada à implantação de infra-estruturas destinadas a equipamento e serviços, nomeadamente na área da restauração. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto número nove, com o título "**Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor de Ribeira de Ilhas e Correções Materiais e Rectificações**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que já foi emitida a licença de utilização dos equipamentos de apoio de praia e de apoio aos desportos de ondas. Completando a informação previamente distribuída, referiu que, após a entrada em vigor do referido Plano de Pormenor, se verificou a necessidade de introduzir alterações de natureza funcional, económico-financeira e de segurança e ambiente. Assim, informou que se procedeu à alteração dos elementos que compõem o Plano, sendo que o processo ficará concluído com a vistoria final. -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberou, por maioria (com trinta e sete votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, dez do PS, três da CDU e um do BE; e uma abstenção do CDS), nos termos do disposto no artigo setenta e nove do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/ noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas e Correções Materiais e Rectificações. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que os pontos números dez e onze fossem discutidos conjuntamente, sendo que ninguém se opôs: ponto dez – "**Acordos de execução com as Freguesias**"; ponto onze – "**Contratos interadministrativos com as Freguesias**". De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a Lei número setenta e cinco/ dois mil e treze preconiza que a delegação de competências nas Freguesias seja concretizada através da celebração de acordos de execução – que dizem respeito a competências municipais que, por força de lei, são delegadas nas freguesias – e, por outro lado, de contratos interadministrativos – os quais são facultativos e dizem respeito a atribuições municipais cujo exercício se entende que fica assegurado com maior rapidez pelas freguesias. Assim, informou que se submete à aprovação da Assembleia Municipal as minutas destes acordos e contratos. Aditou que o pacote financeiro associado a esta delegação de

competências se mantém face ao ano anterior, nos termos do plano e orçamento aprovado para dois mil e catorze. Concluiu, dizendo que considera que esta é uma forma ampliada e equilibrada de transferir competências, reconhecendo o papel de proximidade desempenhado pelas freguesias. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Bruno Ribeiro, mencionando que estes acordos e contratos pretendem reforçar a descentralização: racionalizar e otimizar a gestão dos serviços e dos recursos públicos. Aditou que, como a Junta de Freguesia personifica a aproximação aos cidadãos, tem toda a lógica que a Câmara Municipal tente entregar determinadas competências a essas Juntas, assegurando os adequados recursos de índole humana, material e financeira. -----

-- Interveio o Senhor José Portela Tomás, referindo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia intervir, sendo que a Oposição não o quis fazer e que apenas um membro do PSD veio repetir o que já tinha sido dito. Alertou para o adiantado da hora. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que há mais duas inscrições. De seguida, aproximando-se as vinte e quatro horas do dia vinte e seis de Fevereiro, solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, nos termos do artigo décimo quinto do Regimento. Ninguém se opôs. -----

-- Nesta altura, saiu da sala onde decorria a reunião o Senhor José Portela Tomás. -

-- No uso da palavra, o Senhor José Graça declarou que este pedido de autorização para a continuação dos trabalhos é recorrente, pelo que recomendou que haja maior parcimónia na elaboração da ordem de trabalhos, de modo a que os assuntos possam ser discutidos com o devido tempo. Referindo-se aos dois pontos em apreciação, passou à leitura do segundo parágrafo da informação interna que foi previamente distribuída: "uma das medidas concretizadoras deste desiderato traduz-se na consagração da figura da delegação de competências, estabelecendo a Lei das Autarquias Locais um conjunto de competências que, embora pertençam ao acervo das competências municipais, por força de lei, são delegadas nas freguesias". Assim, concluiu que, se não fosse esta lei, não haveria delegação de competências. Considerou que se perdeu uma excelente oportunidade de dar mais atribuições às freguesias, que são o órgão da administração a quem os cidadãos recorrem primeiramente para resolver os problemas que acontecem à sua porta e que, afinal, é o mais pobre. Mais considerou que a proposta que é presente mais não é do que um exercício de matemática em que os números são falaciosos. Explicou que o Executivo Municipal alega ter cerca de um milhão e cem mil euros para distribuir às freguesias, mas comparando com Lisboa, onde foi feita a reforma administrativa das freguesias, cada uma delas tem cerca de mais um milhão de euros. Assim, considerou que foi esta perda de receita por ausência da reforma administrativa das freguesias – o que, na sua opinião, se fica a dever ao PSD – que levou a que Câmara Municipal de Mafra aumentasse a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Em suma, disse que estas duas propostas são uma oportunidade perdida e que fazem com que sejam os munícipes a pagar. -----

-- Interveio o Senhor José Martinez, passando a ler um documento que explica o sentido de voto dos eleitos da CDU, que se anexa à presente acta com a designação de "ANEXO QUATRO". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal mencionou que um dos objectivos destes acordos e contratos, mais do que delegar competências, é aumentar a coesão entre os órgãos autárquicos. Neste sentido, aproveitou para saudar, na pessoa do Senhor Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, todos os autarcas das freguesias, agentes do Poder Local de proximidade.

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e cinco votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, um do PS e um CDS; doze abstenções, das quais oito do PS, três da CDU e um do BE), nos termos do disposto na alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco/

dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a celebração individual de Acordos de Execução de Delegação de Competências do Município de Mafra com as onze Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia deste concelho, conforme minuta em anexo. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria (com vinte e cinco votos a favor, dos quais vinte e três do PSD, um do PS e um CDS; doze abstenções, das quais oito do PS, três da CDU e um do BE), nos termos do disposto na alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro, autorizar a celebração individual de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município de Mafra com as onze Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia deste concelho, conforme minuta em anexo. -----

-- De seguida, iniciou-se o período de **Intervenção do Público**, verificando-se três inscrições. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Carlos Evangelista Pinheiro, residente no Boco, efectuando a leitura do documento que se anexa à acta com a denominação de "ANEXO CINCO". -----

-- Interveio o Senhor José Grilo, residente na Malveira. Enquanto membro da Assembleia da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça, eleito pela CDU, solicitou que fosse emitido um cartão especial de identificação, sendo que, até à data, não recebeu. Seguidamente, referiu-se à existência de um prédio na Avenida José Baptista Antunes, na Malveira, o qual se encontra inacabado, com telhas acumuladas no telhado e um buraco na cave, solicitando a intervenção da Câmara Municipal, considerando que o mesmo constitui um perigo para a segurança e a saúde pública. Quanto à sinalização horizontal, disse que, enquanto autarca da Malveira, não teve conhecimento de nenhuma das alterações efectuadas. Por último, fazendo referência à proposta de comemorações dos quarenta anos do vinte e cinco de Abril, que foi apresentada pela CDU nesta sessão da Assembleia Municipal, lamentou o facto da mesma não ter tido o acolhimento que entende ser merecido. -----

-- Por último, tomou a palavra o Senhor Vítor Manuel Félix dos Santos, residente na Malveira. Começou por salientar, também, a necessidade de intervenção face ao prédio que se encontra inacabado na Avenida José Baptista Antunes, o qual constitui, igualmente, ponto de encontro de cidadãos toxicodependentes. Em matéria de segurança, informou que se tem verificado um aumento do número de furtos de automóveis e considerou que a resposta das autoridades não tem sido suficiente. Finalmente, propôs a criação de um gabinete de apoio ao desempregado, tendo aditado que a Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra (ACISM) não dispõe de mecanismos de apoios adequados para estes cidadãos. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria analisar os pedidos formulados e o enquadramento legislativo relativo aos cartões especiais de identificação para uso dos eleitos locais. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, no que diz respeito ao pedido formulado pelo Senhor Carlos Evangelista Pinheiro, o mesmo seria analisado, prestando a devida resposta por escrito. No que se refere à existência de um prédio inacabado, deu nota de que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já o tinha informado sobre o mesmo, estando o assunto em análise. Por último, no que diz respeito ao apoio aos desempregados, informou que a Câmara Municipal está a celebrar um acordo de colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para a criação de um pólo de formação profissional em Mafra. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações em minuta, a qual foi aceite. -----

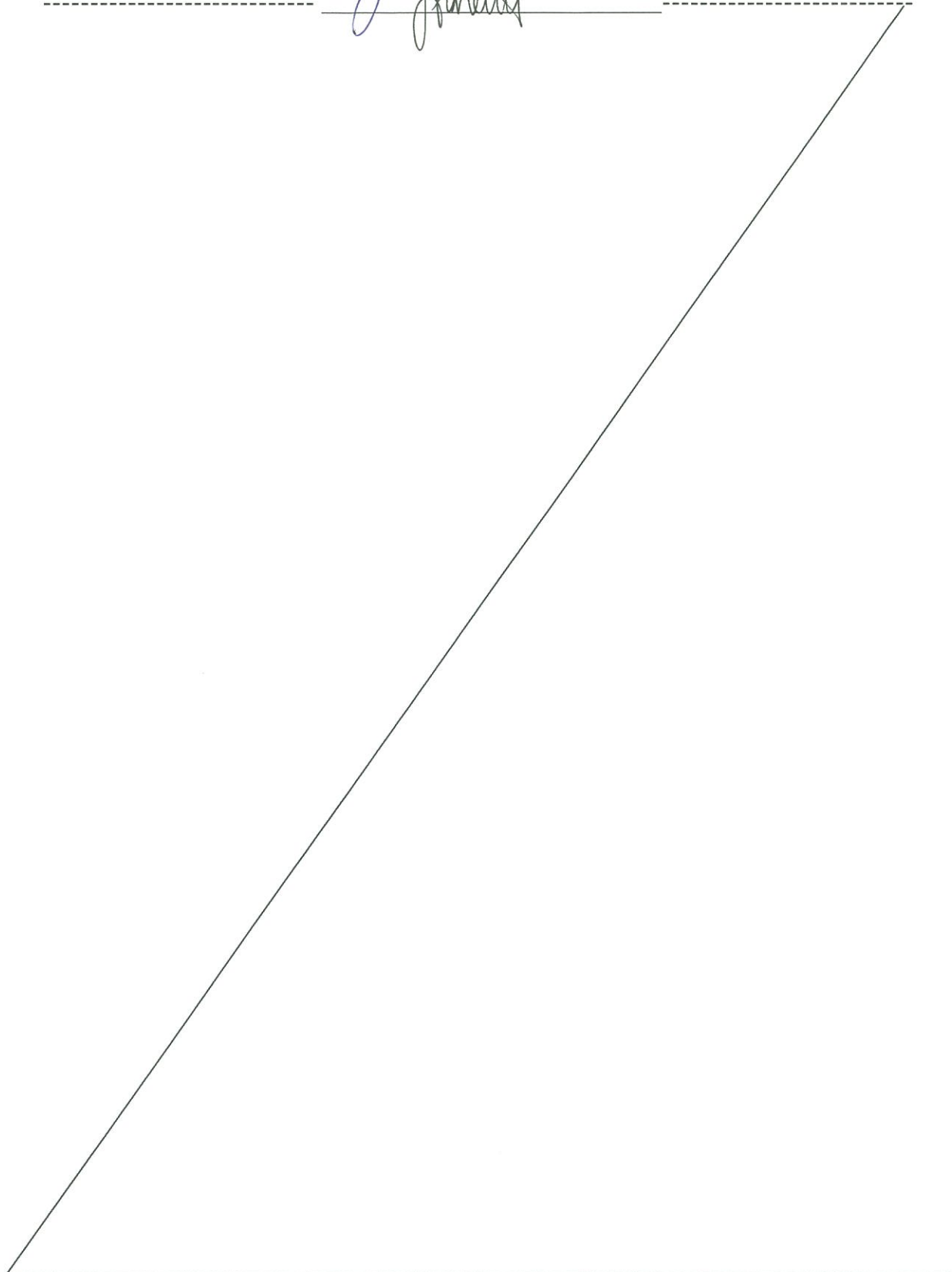
-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e catorze da Assembleia Municipal do Concelho



de Mafra quando passavam quarenta e cinco minutos das zero horas do dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e catorze. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José António Petulante Parente, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -

----- *João Bizau* -----
----- *J. A. Parente* -----



Proposta

Renovada com 14 votos a favor, 2 abstenções do PSD e 22 votos contra (21 do PSD e 1 CDU).

Joní Bizau

Em 2014, os trabalhadores e o povo português comemoram os 40 anos do 25 de Abril de 1974 – da Revolução de Abril. 26/2/20

A Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da História de Portugal.

Desencadeada pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido por um levantamento popular, transformou profundamente a realidade nacional e teve importantes repercussões internacionais.

Culminando uma longa e heróica luta, a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas – políticas, económicas, sociais e culturais – que, alicerçadas na afirmação da soberania e independência nacionais, abriram a perspectiva de um novo período da história dos trabalhadores e do povo, apontando o socialismo para o futuro de Portugal.

A classe operária e os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – «os capitães de Abril» –, unidos na aliança Povo-MFA, foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas alcançados, consagrados depois na Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976.

Os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projectam-se como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal, tais como no campo da Educação da Saúde e do Poder Local.

De entre estas grandes conquistas cabe-nos realçar o Poder Local como motor de profundas transformações e de desenvolvimento regional que alterou a face do País modernizando-o, promovendo a cultura o desporto e o bem estar social

e contribuindo, assim, de uma forma determinante para o esbater das assimetrias entre litoral e o interior e entre os meios urbanos e os rurais.

Decorridos 40 anos do 25 Abril, reafirmamos que, apesar dos ataques que os valores de Abril estão a sofrer, não foram em vão os sacrifícios dos que lutaram contra a ditadura pela democracia, pela justiça, pela liberdade e por um Portugal Democrático.

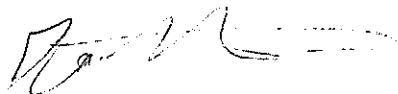
Devemos-lhes reconhecimento e gratidão pela sua coragem e pela sua generosidade.

Considerando o exposto os eleitos da CDU nesta Assembleia propõem:

- 1) Que seja realizada uma sessão solene da Assembleia Municipal comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril na manhã do dia 25 de Abril.
- 2) Que nessa sessão solene haja intervenções alusivas à efeméride do Sr. Presidente da Assembleia bem como das forças políticas nela representadas.
- 3) Que, caso o Sr. Presidente da Assembleia assim o entenda, seja convocada uma reunião com os representantes das forças políticas para acertar os detalhes relativos a esta sessão solene.
- 4) Que seja enviado um convite ao executivo da Câmara para estar presente bem como ao Sr. Presidente para intervir caso assim o deseje.

Os eleitos da CDU

Maria, Graça Figueiredo



Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;
Srs. Membros da mesa;
Sr. Presidente da Câmara;
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores;
Comunicação social;
Distinto público.

PROPOSTA
"Utilização de papel reciclado"

Aprovado por maioria
35 votos a favor
2 abstenções (1PS e 1PSI)
1 voto contra (PS)
Declaração voto Sr. José Portela

A Câmara Municipal de Mafra tem elevadas responsabilidades na crescente aplicação de boas práticas ambientais e no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade e cidadania, devendo proceder de forma coerente com os princípios da política dos 3 Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar. José B. 26/2/14

Os órgãos e serviços do município de Mafra consomem diariamente uma elevada quantidade de papel e, tendo em conta os impactos ambientais resultantes do processo de fabrico de papel (consumo de matérias primas – em particular, árvores – de energia e água), poderão e deverão evitar e/ou reduzir estes impactos através da generalização da utilização de papel reciclado.

Sempre que seja possível, a par desta medida, a autarquia e os seus diversos serviços deverão recorrer ao envio de informação por correio electrónico, devendo estar sempre salvaguardadas as necessidades e vontade de cada deputado municipal, caso opte por receber os documentos em papel.

A título de exemplo, utilizar 50 kg de papel reciclado evita o corte de uma árvore de 7 anos, cada tonelada deste papel pode substituir o plantio de até 350 m² de monocultura de eucalipto e uma tonelada de papel reciclado economiza 20 mil litros de água e 1.200 litros de óleo combustível.

Além desta medida, também deverá ser generalizada a prática de, sempre que possível, os documentos serem fotocopiados e impressos em frente e verso, pois, com esta medida, poder-se-ia verificar uma redução do desperdício na ordem dos 40%.

Será importante esclarecer que a qualidade do papel reciclado tem vindo a evoluir muito nos últimos anos, assim como os meios técnicos – impressoras e fotocopiadoras –, permitindo acabar com algumas barreiras na utilização deste tipo de papel, tornando inofensiva a sua utilização a nível de qualidade e tempo de trabalho, tal como demonstra a experiência em alguns municípios bem como na Assembleia da República que, desde há mais de dez anos, utiliza exclusivamente papel reciclado.

Considerando que é extremamente importante a utilização do papel reciclado, pela consciencialização ambiental, pela responsabilidade de cidadania consciente e pela redução de consumos das matérias-primas e de energia.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Mafra delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos da CDU recomendar à Câmara Municipal de Mafra que:

- 1 - Proceda à aquisição de papel reciclado e à sua crescente utilização nos diversos serviços, nomeadamente, sempre que possível, em actas, propostas, convocatórias, envelopes, relatórios e demais materiais e documentos, e no papel avulso em geral.
- 2 – Sempre que possível, proceda a fotocópias e impressões em frente e verso.
- 3 – Proceda a uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos serviços, explicando as vantagens da adopção do papel reciclado e da impressão em frente e verso.

Assembleia Municipal, Malveira 26 de fevereiro de 2014

A bancada da CDU

José Eduardo da Silva – Partido Ecologista Os Verdes
José Martinez Silva – Partido Comunista Português
Maria Graça Figueiredo - Partido Comunista Português

~~Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;~~
~~Srs. Membros da mesa;~~
~~Sr. Presidente da Câmara;~~

Aproveitamos esta oportunidade para esclarecer os propósitos do nosso pedido dirigido ao sr. Presidente da Mesa da Assembleia relativo aos compromissos plurianuais assumidos pelo Município.

Constatamos divergências de interpretação das contas da Câmara, a saber:

- O actual executivo considera que às dívidas próprias, há que juntar as dívidas de empresas em que participa, embora minoritariamente, conforme intervenção do Sr. Presidente da Câmara de Novembro do ano passado, e que nos informou serem de 169 milhões de euros;
- O ex-Presidente do Município que aos 169 milhões do actual executivo retira os 128 milhões que diz serem dívida da Mafreduca e, por força do estatuto de empresa privada, não são da responsabilidade da Câmara, desvalorizando, também as responsabilidades da Tratólixo;
- Nós que constatamos a assunção pela Câmara de compromissos plurianuais muito superiores ao seu património transaccionável, logo numa situação que, podendo não ser financeiramente insustentável, é de falência económica, sem que os munícipes tenham sido informados do custo da "obra" Ministro dos Santos.

O conhecimento dos compromissos assumidos são fundamentais para os juízos que em cada reunião nos são pedidos, a todos nós, sendo que são diferentes:

ANEXO III

- Compromissos que representam a prestação de serviços, que por futuros, obrigam a pagamentos no futuro;
- Rendas por utilização de equipamentos que, face à baixa de valor do mercado, devem ser reavaliadas;
- Locação financeira de equipamentos que deverão sofrer a contabilização económica adequada.

Não sei se fomos claros nas nossas dúvidas mas pensamos que o seu esclarecimento permitirá a esta Assembleia juízos baseados na convicção e objectividade com que pretendemos pautar o nosso trabalho .

Reiteramos, por isso, o nosso pedido de informação que reputamos imprescindível para o exercício do direito de oposição para que fomos mandatados pelos cidadãos de Mafra.

Os eleitos da CDU

Por princípio, a CDU é defensora do poder local na exacta medida em que ele proporciona a descentralização do poder do Estado aproximando-o das populações.

Dos órgãos de poder local, as Freguesias são os que estão mais próximos das populações pelo que somos a favor da assunção pelas Freguesias de competências desde que essas competências não pertençam à organização central do Estado, mas à realização dos interesses específicos das populações, dos fregueses.

As competências que a Câmara propõe delegar, quer através dos Acordos de Execução, Quer através dos Contratos Interadministrativos, estão enquadrados nas competências que consideramos mais eficazmente asseguradas pelas Freguesias.

O clausulado dos contratos, no nosso entender, deverá ser submetido à ANAFRE para parecer, não nos parecendo, leigos que somos em matéria jurídica, que contenham cláusulas abusivas.

Então porquê a abstenção?

Porque não estão fundamentados os valores dos recursos financeiros propostos para a descentralização das competências.

Conhecendo a "voracidade" do nosso executivo camarário tememos que com esta descentralização de competências tentem "descentralizar" custos tornando ainda mais difícil a vida das freguesias já afectadas pela crise e pelas reduções de recursos resultantes da política neoliberal do governo validada pela troica.

ANAFRE IV

CDU

Mafra



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PCP/PEV Concelho de Mafra

Exortamos os nossos colegas Presidentes de Junta a procederem a uma orçamentação criteriosa dos custos associados a cada competência para as poderem assumir sem porem em causa os recursos humanos e financeiros para a execução das competências que lhe são próprias.

Os eleitos da CDU

Grupo de moradores da Localidade
Do BOCO – Freguesia de Igreja Nova
Concelho de Mafra

Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Mafra

Assunto: Cedência em regime de comodato das instalações da Escola Básica do BOCO – Freguesia de Igreja Nova

O MEU NOME É CARLOS PINHEIRO E SOU AQUI PORTA VOZ DE UM GRUPO DE MORADORES DA LOCALIDADE DO BOCO DA FREGUESIA DE IGREJA NOVA;

O ASSUNTO QUE AQUI NOS TRAZ, PRENDE-SE COM AS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DO BOCO.

PROCEDEMOS AO ENVIO DE DIVERSOS OFÍCIOS AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E À DIRETORA DO DEPARTAMENTO SOCIO CULTURAL, QUER POR VIA POSTAL QUER POR VIA ELETRONICA, MANIFESTANDO INTERESSE EM:

- PODER CONTAR COM A CEDÊNCIA DA ESCOLA BASICA DO BOCO EM REGIME DE COMODATO PARA UMA CAPELA E PARA OUTRAS VALÊNCIAS AO SERVIÇO DA POPULAÇÃO;
- SOLICITAVAMOS TAMBÉM UMA AUDIÊNCIA PARA PODERMOS VERBALMENTE EXPOR O NOSSO PROJETO.

VARIOS FORAM OS CONTACTOS TELEFÓNICOS QUER COM A PRESIDÊNCIA, QUER COM O DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL.

EM TERMOS OFICIAIS RECEBEMOS UM OFICIO ASSINADO PELA VEREADORA CÉLIA BATALHA FERNANDES QUE ANEXAMOS.

ANEXO V

FOMOS ESTA SEMANA CONFRONTADOS COM A NOTICIA, A QUAL NÃO CONSEGUIMOS VALIDAR DE QUE A ESCOLA TINHA POR DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO CAMARARIO, SIDO CEDIDA À ASSOCIATIVA DE CAÇA DE IGREJA NOVA E CHELEIROS.

OBVIAMENTE QUE TAL NOTICIA NOS DEIXOU EXTREMAMENTE APREENSIVOS FACE AO ATRÁS EXPOSTOS, ATÉ PORQUE CREMOS E ACREDITAMOS NA EQUIDADE DE TRATAMENTO DOS MUNICIPES DE MAFRA, COM REGRAS CLARAS E BEM DEFINIDAS POR PARTE DESTE EXECUTIVO CAMARARIO.

PRETENDEMOS DESTE MODO E EM SEDE PRÓPRIA QUESTIONAR O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DA VERICIDADE DE TAL DELIBERAÇÃO.

CASO A MESMA SEJA CONFIRMADA, QUESTIONAMOS O MOTIVO PELO QUAL FOMOS IGNORADOS NAS NOSSAS PRETENSÕES, QUE ERAM DO CONHECIMENTO DO EXECUTIVO E QUAIS AS REGRAS E OU REGULAMENTOS PARA A CONCESSÃO DESTAS INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO, QUANDO EXISTE MAIS QUE UM PRETENDENTE.

SALIENTAMOS E DEIXAMOS CLARO QUE NADA NOS MOVE CONTRA A REFERIDA ASSOCIATIVA DE CAÇA.

NO ENTANTO, JULGAMOS QUE É CLARO E OBVIO QUE PARA AS NOSSAS PRETENSÕES SOMENTE A ESCOLA DO BOCO AS PODE SATISFAZER; JÁ QUANTO ÀS PPRETENSÕES DA ASSOCIATIVA DE CAÇA, EXISTEM OUTRAS ESCOLAS BEM PRÓXIMAS QUE SERVEM PERFEITAMENTE AS SUAS NECESSIDADES.

PRETENDEMOS ENTREGAR AO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA O DOCUMENTO AQUI EXPOSTO ACOMPANHADO DOS REFERIDOS ANEXOS, O QUAL SOLICITAMOS QUE CONSTE EM ACTA.

POR OUTRO LADO E POR ENTENDERMOS QUE OS CONTRATOS EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES TÊM DE SER VALIDADOS PELO ORGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, GOSTARIAMOS DE ALERTAR E DAR CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DESCRITA AOS DIGNÍSSIMOS DEPUTADOS MUNICIPAIS QUE AQUI EXERCEM O SEU LEGÍTIMO DIREITO DE VOTO. (Lei 75/2013),

ENTENDEMOS E DESEJAMOS QUE ESTA QUESTÃO SEJA SANADA NO SEIO DOS ORGÃOS MUNICIPAIS COMPETENTES, SENDO CERTO QUE NÃO PRETENDEMOS DE FORMA ALGUMA RECORRER A OUTROS MEIOS LEGAIS AO NOSSO DISPOR PARA DEFENDERMOS O DIREITO QUE NOS ASSISTE NESTA NOSSA PRETENSÃO.

AGUARDANDO DIFERIMENTO DESTA NOSSA EXPOSIÇÃO E AO TOTAL DISPOR PARA ABORDARMOS O TEMA DA FORMA QUE ENTENDAM SER A MAIS PERTINENTE, MUITO AGRADECEMOS A ATENÇÃO DISPENSADA.

MAFRA, 26/02/2014

Carlos Sena Pinheiro - TM. 968382645

A correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara

Ao
Grupo de Moradores da Localidade do Boco
Calçada Gomes 3
2640-306 Igreja Nova

Sua referência

Sua Comunicação de
5 Agosto 2013

Nossa Referência
Saída/2013/11524

Data
29-10-2013

Assunto: **Cedência, em regime de comodato de instalações, da EB do Boco**

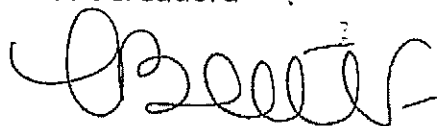
Exmos. Senhores,

Na sequência do ofício em referência, remetido por V. Exas., que agradecemos, informa-se que o pedido de cedência de instalações em apreço será apreciado no âmbito do processo de reutilização e adequação destas infra-estruturas devolutas.

Assim, fica desde já registado o vosso interesse, que será contemplado no âmbito dos trabalhos em curso.

Com os melhores cumprimentos,

A Vereadora



(Célia Batalha Fernandes)



Grupo de moradores da Localidade
Do BOCO – Freguesia de Igreja Nova
Concelho de Mafra

Exmo. Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Mafra

Assunto: Pedido de Audiência – Escola Primária do BOCO

Somos um grupo de moradores da localidade do Boco, que vem por este meio solicitar a V.Exa., uma audiência com o objetivo de expor as suas pretensões, que consistem de forma resumida em:

- Reconverter o imóvel da Escola Primária do Boco, numa “Capela” e em outras eventuais valências a considerar, permitindo que o mesmo se mantenha ao serviço e usufruto em benefício dos habitantes da localidade.

Consideramos como essencial a manutenção do imóvel da Escola Primária no seio e propriedade do domínio público, (seja da localidade, da Freguesia, ou do Município), salientando que se trata do único imóvel “público” existente na localidade.

Pretendemos após análise com o Município sobre a melhor forma de viabilizar o objetivo a que nos propomos, constituirmo-nos como “Associação de Moradores” ou qualquer outra forma jurídica que melhor se adegue ao pretendido.

Aguardando deferimento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Boco, 2 de Agosto de 2013

Carlos Pinheiro TM: 96 838 2645

Manuel Silvestre Amatório Pereira 219271834-T

Guimarães da Silva Castro 969943032

Carlos Alberto Pereira 969697035

